



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10631 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

**A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO:
POSSIBILIDADES NA COMPREENSÃO DA REALIDADE INSTITUCIONAL JUNTO A
POLÍTICA PÚBLICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE
DO RIO DOS SINOS

**A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO:
POSSIBILIDADES NA COMPREENSÃO DA REALIDADE INSTITUCIONAL
JUNTO A POLÍTICA PÚBLICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia emergem no cenário da educação brasileira a partir da implementação da Lei Federal nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), que desenrola um novo modelo institucional e (re)organiza a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, almejando o alcance de uma profunda ruptura paradigmática não apenas no entendimento, mas nas possibilidades latentes junto a modalidade da Educação Profissional como elemento estratégico no desenvolvimento da nação e no combate às vulnerabilidades sociais. Esta nova institucionalidade dentro desta forma se apresenta como a efetivação de uma política pública educacional que traz imbricado na sua constituição a noção da justiça e da inclusão social, o combate às desigualdades sociais, o desenvolvimento local/regional e a formação dos sujeitos para o mundo do trabalho (PACHECO, 2020).

Neste cenário é natural a preocupação da qualidade do que é ofertado pela instituição para a sua comunidade tanto interna quanto externa, considerando ainda a complexidade do arranjo dos Institutos Federais, temos uma instituição “de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008). Importante destacarmos que a qualidade da educação em seu caráter polissêmico e multifacetado é de difícil tradução em termos absolutos, isso não significa que na materialidade da vida cotidiana, a qualidade se apresenta como um conceito neutro, pelo contrário, acaba por incorporar em si diferentes sentidos e significados (GUSMÃO, 2013).

Ao evidenciarmos a noção de qualidade da educação no cenário da política pública dos Institutos Federais de Educação e Tecnologia, não podemos deixar de destacar uma tipologia

ainda pouco explorada, nos referimos a um tipo de qualidade que é de difícil mensuração, especialmente pela falta de um padrão ou mesmo parâmetro comparativo para a construção de instrumentos de aferição para além das métricas e dos índices standardizados, temos assim a qualidade social da educação. Este tipo de qualidade se efetiva como um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e dos estudantes em relação à educação (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

Da mesma forma que Silva (2009), percebemos a qualidade social da educação como sendo um conjunto de elementos/dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação, buscando a compreensão das políticas governamentais, dos projetos sociais e ambientais em seu sentido político, na luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação. Transformando os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas, ou seja, falar em qualidade social da educação é falar em “uma nova qualidade, onde se acentua o aspecto social, cultural e ambiental da educação, em que se valoriza não só o conhecimento simbólico, mas também o sensível e o técnico”, como aponta Gadotti (2013, p. 1).

Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 15) nos auxiliam nesta compreensão da qualidade social ao concebê-la como um processo de “atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social”. Esta afirmação dos autores acaba por corroborar a noção tipicamente brasileira que Charlot (2005) afirmava, pois, estas questões são as mais emergentes do contexto da educação brasileira nos seus diversos níveis. Charlot (2005, p. 40) fecha este entendimento ao apontar que “cada sociedade tem uma escola que, por definição, condiz com ela, portanto, tem uma instituição de ensino que apresenta a ‘qualidade social’, de que ela precisa”.

No cenário da emergência de uma nova institucionalidade responsável por agregar a educação, ciência e tecnologia na formação de cidadãos autônomos, participativos socialmente, críticos e conscientes do seu papel junto à sociedade fica evidente como o olhar para a qualidade da educação pelo viés social se torna imperativo para a instituição. É nesse sentido que este trabalho se apresenta, como uma possibilidade de compreensão da qualidade da educação para além dos índices standardizados e ranqueamentos, o processo educativo é muito mais complexo que isso.

A construção de indicadores da qualidade social da educação no cenário dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia emerge no sentido de aferir a qualidade do trabalho desenvolvido pela instituição da mesma forma que indica a efetivação ou não da política pública advinda com a Lei nº 11.892/08 no que se refere a abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão destas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas

para o desenvolvimento sustentável com inclusão social, considerando ainda a educação como compromisso de transformação.

A investigação que apresentamos tem por objetivo propor indicadores da qualidade social da Educação Superior no arranjo do contexto emergente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para tanto, esta pesquisa utilizou a abordagem qualitativa na compreensão do fenômeno da qualidade social da educação, onde a produção de dados se deu a partir da pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2002) e pesquisa documental (CELLARD, 2008), dentro da perspectiva dialética-materialista (SAVIANI, 2011), presente nos estudos críticos (FRIGOTTO, 2001). Nos auxiliando na noção de documento, utilizamos a leitura de Corsetti (2006), na perspectiva do texto em seu contexto, assim utilizamos na base da pesquisa documental a Lei Federal nº 11.892/08 (BRASIL, 2008) que cria os Institutos Federais, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI) de Institutos Federais. Já a pesquisa bibliográfica utilizou os dados presentes junto ao documento Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais, Relatórios de Comissões e Subcomissões Próprias de Avaliação (CPAs e SPAs) da referida instituição.

No processo de análise do material produzido a partir da pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2002) e documental (CELLARD, 2008), utilizamos a Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2011) no seu processo de imersão junto aos dados produzidos em etapa anterior, onde esse movimento produz uma (re)construção do texto como produto da análise. Moraes e Galiazzi (2011, p. 7) compreendem essa análise como “uma metodologia de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos”.

Na construção dos indicadores de qualidade social, acreditamos que algumas definições se façam necessárias especialmente na conceituação de *índice* e *indicador*, elementos de extrema importância nesta compreensão. O índice pode ser criado objetivando analisar um conjunto de dados e informações a partir da percepção dos elementos que se relacionam com o objetivo primeiro da sua construção (PRABHU; COLFER; DUDLEY, 1996), revelando ainda o estado de um sistema ou mesmo do fenômeno analisado (SHIELDS; SOLAR; MARTIN, 2002), expressado como um valor agregado ao final de todo um processo matemático na sua consecução.

Já o indicador pode ser entendido como uma ferramenta que permite a leitura de dados e informações sobre uma dada realidade concreta (MITCHELL, 1996), o indicador enquanto instrumento deve ser simples e assimilável, deve ter em sua lógica interna coerência e clareza, além de comunicar eficientemente o estado do fenômeno observado (MUELLER; TORRES; MORAES, 1997). São sinais que revelam aspectos de determinada realidade e a sua variação nos permite acompanhar seus movimentos de mudança (CARREIRA; SOUZA, 2013).

A partir dos elementos constituintes da qualidade social da educação apontados por Dourado, Oliveira e Santos (2007), Flach (2012) e Gusmão (2013), articulados com

elementos balizadores presentes na gênese da política educacional trazida com a implementação dos Institutos Federais, propomos como indicadores da qualidade social da educação da instituição os elementos: projeto político-educacional; padrões de qualidade social; heterogeneidade socioeconômica; intersetorialidade; relação com setor público, produtivo e mundo do trabalho; gestão democrática/ representação colegiada; benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional; formação e profissionalização dos trabalhadores em educação; organização didático-pedagógica da instituição; verticalização do ensino e eficiência acadêmica.

Alguns autores como Darling-Hammond e Ascher (1991) e Morresi, Donnini e Cerioni (2008), nos auxiliam na construção das dimensões basilares dos indicadores de qualidade ao apontarem em seus trabalhos alguns elementos que não podemos deixar de considerar nesta produção intelectual. As dimensões que vamos apresentar devem expressar *validade* no sentido de trazerem à luz a relação entre os objetivos educativos e os resultados alcançados pela instituição, não considerando exclusivamente índices standardizados; o elemento da *credibilidade* dos dados que fundamentam essas dimensões em termos do universo educativo; temos ainda a *incorruptibilidade* buscando fatores que minimizem margens de distorção/erro; e a *comparabilidade* como possibilidade efetiva de avaliação e comparação do processo e/ou das condições da instituição/política ao longo do tempo. Esses elementos fazem do processo de mensuração da qualidade social da educação algo que não se circunscreva apenas através de “médias”, há também um aspecto subjetivo que se configura dentro de um processo complexo e dinâmico que devemos considerar.

Entendendo essa complexidade como uma característica no contexto da qualidade social nos apoiamos no estudo de Sierra (2012) como inspiração dos elementos a serem incorporados na construção dos indicadores como a *totalidade* refletindo todo o objeto de medição, cada indicador deve representar um aspecto desse objeto; a *relevância* no aspecto específico que pretende medir, da mesma forma como um todo também deve ser; a *simplicidade* é um importante aspecto a se pensar nesse cenário, pois é preciso que os indicadores sejam em número, o mais reduzido quanto possível em seu quantitativo; e a *utilidade* fazendo com que o indicador responda aos interesses da sua construção, efetivando-se uma ferramenta útil de apoio à tomada de decisões.

O indicador *Projeto Político-Educacional* retrata o objetivo da instituição na perspectiva da política pública educacional pautada no entendimento da educação como elemento promotor do enfrentamento e da superação de desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais, a partir do compromisso institucional com a justiça social, equidade e cidadania (BRASIL, 2008). O indicador *Padrões de Qualidade Social* evoca a necessidade da explicitação do entendimento, do sentido e do significado da qualidade social da educação no contexto da instituição (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2007). A Heterogeneidade socioeconômica surge no atendimento do Art. 7, inciso V da Lei Federal nº 11.892/08, tratando do estímulo e apoio a processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, ou seja, ao combate às desigualdades face aos processos históricos

de exclusão junto a educação brasileira (BRASIL, 2008).

Nesta mesma perspectiva, o indicador da *Intersectorialidade* aponta o engendramento das políticas públicas setoriais no cenário da instituição, temos a representação dos esforços institucionais na integração de políticas públicas (PACHECO, 2020). O indicador *Relação com Setor Público, Produtivo e Mundo do Trabalho* remete a missão da instituição no atendimento das demandas e os arranjos locais, como a potência para o desenvolvimento dos sujeitos além da promoção de processos formativos, mas sim para o mundo do trabalho. O indicador *Gestão Democrática/Representação Colegiada* traz a dimensão da participação dos vários segmentos acadêmicos dentro do contexto educacional (FLACH, 2012). A participação torna-se um elemento potente para o desenvolvimento da prática da cidadania por meio do efetivo exercício da democracia, considerando os valores e interesses coletivos.

A *responsabilidade social* se apresenta no conjunto dos indicadores a partir do Benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional, na percepção dos possíveis benefícios da instituição para as comunidades situadas nos locais de inserção, de forma a estimular os arranjos produtivos, sociais e culturais regionais (FRANCO, 2006). A *Formação e Profissionalização dos Trabalhadores em Educação*, como indicador busca apontar não apenas o fomento à formação dos sujeitos, mas também a perspectiva da profissionalização enquanto servidores públicos no atendimento às demandas próprias das respectivas carreiras (BRASIL, 1996).

O indicador *Organização didático-pedagógica* da instituição traduz o que seria a organização e gestão do trabalho desenvolvido no interior da instituição na articulação da relação ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento formativo dos sujeitos e dos demais membros da comunidade acadêmica. Incorporando ainda a organização didático-pedagógica como expressão da organização acadêmica e curricular e do desenvolvimento do ensino envolvendo questões do regime acadêmico (FIGUEIREDO, 2014). Dentre as particularidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, temos um importante princípio que viabiliza o processo de democratização do ensino e a organização curricular, temos assim o indicador *Verticalização do Ensino*. As questões ligadas ao acesso, à permanência e o desempenho dos estudantes estão abarcados no indicador *Eficiência Acadêmica*. Este indicador evidencia o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto, acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso.

Buscamos aqui desvelar uma possibilidade na leitura do fenômeno da qualidade social da educação junto aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no sentido viabilizar a percepção do alcance dos objetivos educacionais propostos no interior desta política pública. Os indicadores que desenvolvemos relacionam-se diretamente com as dimensões estruturantes da instituição: a verticalidade, a transversalidade e a territorialidade, considerando ainda seus impactos junto à formação para cidadania, o mundo do trabalho, o desenvolvimento local/regional e a inclusão/justiça social no combate às desigualdades

sociais. O conjunto destes indicadores viabiliza o entendimento dos processos desenvolvidos no interior da instituição de forma propulsora ao estímulo ao desenvolvimento de práticas educativas de/com qualidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Institutos Federais. Qualidade Social da Educação. Educação Superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em 13 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 25 abr. 2021.

CARREIRA, D.; SOUZA, A. L. S. **Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola,** São Paulo: Ação Educativa, 2013.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008.

CHARLOT, B. Qualidade social da Escola pública e formação dos docentes. **Revista Espaço Pedagógico,** Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 39-48, jul./dez. 2005.

CORSETTI, B. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS. **UNIrevista,** n. 1, v.1, p. 32-46, 2006.

DARLING-HAMMOND, L.; ASCHER, C. Creating accountability in big city schools.

Urban Diversity Series, n. 102, 1991.

DOURADO, L. D.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Série Documental Textos para Discussões, 2007.

FIGUEIREDO, A. de. M. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS: A construção de uma nova identidade**. 132 fls. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2014.

FLACH, S. de. F. Contribuições Para o Debate Sobre a Qualidade Social da Educação na Realidade Brasileira. **Contexto & Educação**, n. 27, v. 87, p. 4-25, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, M. E. D. P. Políticas Educacionais (verbete). In: **Enciclopédia de Pedagogia Universitária: Glossário**. Brasília: INEP/Rede Sul Brasileira de Investigadores de Educação Superior, 2006.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, p. 71-90, 2001.

GADOTTI, M. Qualidade na educação: uma nova abordagem. In: Congresso de Educação Básica – Qualidade na Aprendizagem, **Anais...** Florianópolis, 2013.

GUSMÃO, J. B. de. A construção da noção de qualidade da educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, n. 21, v. 79, p. 299-322. 2013.

MITCHELL, G. Problems and fundamentals of sustainable development indicators. **Sustainable Development**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 1996.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

MORRESI, S.; DONNINI, N.; CERIONI, L. L. Indicadores de calidad en la evaluación de instituciones de educación superior. Algunas consideraciones críticas. **Anais...** VIII Coloquio Internacional sobre Gestion Universitaria de America del Sur, Asunción del Paraguay, 2008.

MUELLER, C.; TORRES, M.; MORAIS, M. **Referencial básico para a construção de um sistema de indicadores urbanos**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1997.

PACHECO, E. M. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, n. 4, v. 1, p. 4-22, 2020.

PRABHU, R., COLFER, C. J. P., DUDLEY, R. G. **Guidelines for developing, testing and selecting criteria and indicators for sustainable forest management**. Toolbox Series, n. 1. Indonesia: CIFOR, 1999.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SHIELDS, D.; SOLAR, S.; MARTIN, W. The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability. **Ecological Indicator**, v. 2, n. 1-2, p. 149-160, nov. 2002.

SIERRA, J. M. C. (Org.). **Sistema Básico de Indicadores para la Educación Superior de América Latina**. Editorial Universitat Politècnica de Valencia, 2012.

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 216-226, Ago. 2009.